

Proteção social não contributiva sob a perspectiva da infância e da equidade: Argélia¹

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

A Argélia está localizada no Norte da África, na costa mediterrânea. Em 2016, aproximadamente, 33 por cento dos 40,6 milhões de habitantes do país eram menores de 18 anos, e 11,6 por cento eram crianças de 0 a 5 anos. Com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,745, a Argélia situa-se na categoria de alto desenvolvimento humano (83º de 188 países). Em 2011, 5,5 por cento da população vivia abaixo da linha nacional de pobreza, enquanto os níveis de pobreza eram mais altos nas áreas urbanas que nas rurais (5,8 por cento e 4,8 por cento, respectivamente).

Em 2012, 8,9 por cento da população jovem (com menos de 25 anos) vivia em situação de pobreza monetária — definida como vivendo em lares sem fonte de renda proveniente de um emprego — enquanto 18 por cento era considerada multidimensionalmente pobre. De fato, a pobreza multidimensional entre jovens diminuiu desde 2006, quando era medida em 22,4 por cento. Apesar disso, os níveis continuam particularmente altos (27,2 por cento) entre crianças com menos de 5 anos.

O gasto total em saúde, em porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB), é maior que a média regional (7,2 por cento vs. 5,3 por cento, em 2014), enquanto os maiores investimentos em saúde refletem-se em taxas de mortalidade infantil mais baixas. Porém, as disparidades socioeconômicas continuam altas: a mortalidade infantil é quase duas vezes maior entre famílias mais vulneráveis (29 por 1.000 nascidos vivos), em comparação à taxa entre as mais ricas (de 16 por 1.000).

O sistema de proteção social da Argélia divide-se em dois componentes principais: um contributivo e outro não contributivo. Este último consiste em transferências de renda e serviços de bem-estar social para os mais vulneráveis, além de grupos específicos, como estudantes e pessoas com deficiência. Existem também programas relacionados à educação, como bolsas de estudo e programas de alimentação escolar, assim como assistência para a promoção de empregos aos jovens. A implementação de programas de proteção social fica a cargo do Ministério da Solidariedade Nacional, Família e Mulheres. O governo também subsidia alimentos e energia, contabilizado em 5,3 por cento do PIB em 2016.

O maior programa de proteção social administrado pelo Ministério da Solidariedade Nacional, Família e Mulheres é o *Allocation Forfaitaire de Solidarité*, um programa de transferência de renda não condicionada (UCT) que, em 2016, beneficiou 831.452 pessoas com um orçamento de DZD 39,1 bilhões. O benefício é direcionado a lares chefiados por homens sem renda e com idade superior a 60 anos, a pessoas com deficiência e a lares chefiados por mulheres sem renda. As famílias beneficiárias recebem DZD 3.000 por mês e um adicional de DZD 120 por dependente, com um limite de três.

O Ministério também implementa programas de obras públicas. O maior deles, o *Dispositif d'Activité d'Insertion Sociale* (DAIS), é voltado para promoção da inclusão de pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade e oferece oportunidades de trabalho temporário em projetos de desenvolvimento comunitário. Em 2016, mais de 371.495 pessoas participaram do programa, recebendo DZD 6.000 por mês. No mesmo ano, DZD 25,4 bilhões foram direcionados ao programa. Ademais, o *Travaux d'Utilité Publique à Haute Intensité de Main d'Oeuvre* (TUP-HIMO) oferece empregos temporários para manter e reabilitar a infraestrutura pública. O programa alcança províncias com altas taxas de desemprego e *deficit* de infraestrutura. Também o *Blanche Algérie* é uma iniciativa com o duplo objetivo de apoiar pessoas desempregadas e promover obras públicas. Em parceria com o TUP-HIMO, o programa alcançou uma média de 22.206 pessoas por ano entre 2010 e 2015.

Desde 2002, o Ministério do Interior e Coletividades Locais oferece uma UCT para indivíduos que sofreram danos pessoais durante o Movimento pela Identidade Nacional e a Promoção da Cidadania. Esse programa



é chamado de *Le fond d'Indemnisation des Victimes des Évènements Ayant Accompagné le Mouvement pour le Parachèvement de l'Identité Nationale et la Promotion de la Citoyenneté*. O componente sensível às crianças deste programa permite que beneficiários com filhos e sem nenhuma outra renda recebam uma transferência financeira 25 por cento mais alta que o valor padrão das transferências.

Pessoas com deficiência e sem renda podem receber até DZD 4.000 por mês pelo *Programme pour la Protection et Promotion des Personnes Handicapées*. Em 2013, o programa beneficiou três milhões de crianças. Em 2014, o programa beneficiou 469.000 pessoas. Ainda existem programas voltados especificamente para crianças, como o *Allocation Spéciale de Scolarité*, que fornece DZD 3.000 no início de cada ano escolar, com o objetivo de assegurar a frequência de estudantes de famílias mais vulneráveis.

Adicionalmente, o programa *Bourse Scolaire* provê a isenção de taxas escolares para crianças nos níveis primário e secundário, além de crianças matriculadas em internatos. Já o *Bourse Nationale* apoia o acesso à educação superior por meio de transferências de renda condicionadas para os que completem o nível secundário e que provenham de famílias de baixa renda. Além disso, o Ministério da Educação gerencia um programa nacional de alimentação escolar, *Cantine Scolaire*, que fornece refeições para, aproximadamente, 3,3 milhões de estudantes, segundo dados de 2013-2014. As crianças mais pobres também recebem livros didáticos gratuitamente pelo Programa *Manuel Scolaire*, que beneficia 4,4 milhões de crianças todos os anos. Programas de moradia social com o objetivo de auxiliar famílias de baixa renda a ter acesso à habitação também são disponibilizados pelo governo.

Na Argélia, vários programas de proteção social são implementados, dos quais uma grande parte é voltada para a promoção de empregos e obras públicas. O *Allocation Forfaitaire de Solidarité* e o *Allocation Spéciale de Scolarité* são exemplos positivos de programas de proteção social com características sensíveis à promoção de bem-estar para crianças. Apesar disso, para aumentar a cobertura de crianças vivendo em pobreza multidimensional, especialmente as menores de 5 anos, a continuidade dos esforços sociais do governo é essencial.

Nota:

1. Este *One Pager* foi retirado de um estudo detalhado, resultante de uma parceria entre o IPC-IG e a UNICEF MENARO. Todos os dados mencionados estão completamente referenciados no relatório completo: MACHADO, A. C., BILLO, R., OSORIO, R. e SOARES, F. *Overview of Non-contributory Social Protection Programmes in the Middle East and North Africa (MENA) Region through a Child and Equity Lens*. Brasília e Amã: International Policy Centre for Inclusive Growth e UNICEF Regional Office for the Middle East and North Africa, 2018 <<https://goo.gl/QfmKwK>>.